



FOLHA DE INFORMAÇÕES

ASSOCIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS/ASSOCIAÇÕES LGBTI

Lembra-te que:

- “As pessoas têm diferentes expressões e identidades de gênero. Cada indivíduo tem o direito de definir a sua identidade e ser tratado de acordo com a mesma.” (TGEU, TOOLKIT)
- “A situação dos direitos humanos dos trabalhadorxs do sexo requer uma ação urgente” (TGEU, Sex Work Policy)
- O estigma leva a violações dos direitos humanos, algo que se reflete tanto na comunidade como no comportamento dxs indivíduos.
- Organizações Internacionais, como a OMS, a Comissão Global sobre HIV e Lei e a Amnistia Internacional propõem a descriminalização de todos os aspetos do trabalho sexual realizado por adultxs, pelas previsíveis barreiras que a criminalização cria aos direitos humanos dxs trabalhadorxs do sexo.” (AI Policy on Sex Work 2016)
- Tráfico de seres humanos e exploração sexual não são sinónimos de trabalho sexual. Constituem fenómenos diferentes e não devem ser confundidos e associados.
- A transfobia e a putofobia persistem em vários contextos LGBTI.
- TST têm sido atores determinantes nas lutas LGBTI (e.g. Stonewall Riots)
- A ILGA-Europe emitiu, em 2018, um documento sobre a sua posição em relação ao trabalho sexual, empoderando xs trabalhadorxs do sexo LGBTI a lutarem pelo respeito pleno pelos seus direitos.

ILGA Europe afirma que “(...) As organizações LGBTI têm um papel determinante no combate ao stigma que afeta trabalhadorxs do sexo LGBTI, tanto dentro como fora das comunidades LGBTI.” (ILGA Europe 2018)

Fact Box:

- 88 % das pessoas trans vítimas de homicídio na Europa são trabalhadorxs do sexo (TGEU 2017)
- 43% das pessoas trans vítimas de homicídio são trabalhadorxs do sexo migrantes (TGEU 2017)
- 33% reportaram pelo menos uma experiência negativa com pessoal médico ou com equipas de saúde (Transgender Survey 2015)
- Na União Europeia, apenas 7 estados introduziram leis antidiscriminação que protegem xs indivíduos da discriminação baseada na expressão de gênero. (TGEU 2019)
- 86% dos TST nos EUA reportaram ter sido assediadxs, atacadxs, abusadxs sexualmente ou, de alguma forma, maltratadxs pela polícia. (TGEU 2017)



O presente documento foi financiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020). O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do projeto TransR e não reflete a posição da Comissão Europeia relativamente às questões abordadas.

A FAZER:	A EVITAR:
Procura ter em conta o horário de trabalho dxs TST quando defines horários de atendimento.	Não perpetues o estigma em relação a TST com suposições moralistas.
Sinaliza de forma visível, na entrada ou na sala de espera, que todos os géneros são bem-vindos.	Não perpetues o estigma em relação a TST causado pelo estereótipo que liga as identidades trans ao trabalho sexual.
Compreende as especificidades da comunidade de trabalhadorxs do sexo LGBTI.	Não retrates TST como vítimas sem voz.
Esforça-te por incluir a comunidade de trabalhadorxs do sexo em reuniões, eventos e atividades.	
Apoia publicamente a descriminalização do trabalho sexual, sobretudo em declarações públicas documentadas.	
Sê claro sobre as diferentes formas como diferentes indivíduos no espectro LGBTI estão expostos à violência	
Inclui TST na tua equipa.	
Reconhece e inclui nas tuas atividades o diálogo com ativistas TST.	
Reconhece que as comunidades de pessoas trans migrantes podem não se identificar com as identidades ou classificações europeias. Procura saber mais sobre a forma como se identificam sem que sintam necessidade de adotar a tua linguagem e classificação.	
Empodera TST para se organizarem enquanto coletivo, fornecendo-lhes ferramentas para, por exemplo, fazerem candidaturas a fundos.	



Para mais informações, por favor contacte a entidade coordenadora:

APDES | Agência Piaget para o Desenvolvimento
 Arcozelo, Vila Nova de Gaia - Portugal
 T. +351-227-531-106/7 | M. +351-939-406-020
 portog@apdes.pt

